

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ**

CNPJ 23.453.830/0009-27

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Superávit dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo Circulante		6.894.830	5.972.262	Receitas Operacionais		37.768.028	36.271.349
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.893.622	1.938.367	Serviços prestados pacientes SUS		37.768.028	36.271.349
Contas a receber	5	2.339.695	3.147.335	Custos		(29.903.937)	(29.210.177)
Estoques		419.177	545.138	Serviços de terceiros		(14.984.943)	(14.920.809)
Adiantamento a funcionários		7.837	71.397	Pessoal e encargos		(10.257.217)	(9.473.597)
Outros créditos		228.178	256.967	Materiais e medicamentos		(4.661.777)	(4.815.771)
Despesas antecipadas		6.321	13.058	Despesas		(6.250.887)	(6.550.923)
Não Circulante		8.991.682	9.367.112	Pessoal e encargos		(2.249.588)	(2.368.399)
Contas a receber	5	6.542.519	6.542.519	Despesas gerais	14	(3.545.892)	(3.711.714)
Partes relacionadas	8	584.798	565.000	Impostos, taxas e contribuições		(20.431)	(12.213)
Depósitos judiciais	12	29.507	20.000	Depreciação/amortização		(424.031)	(458.597)
Imobilizado líquido	6	1.806.308	2.193.318	Outras receitas		(10.945)	-
Intangível líquido	7	28.550	46.275	Financeiras, Líquidas		25.449	35.680
Total do Ativo		15.886.513	15.339.374	Despesas financeiras		(52.198)	(36.035)
Passivo Circulante		4.252.828	5.347.777	Receitas financeiras		77.647	71.715
Fornecedores	9	1.651.498	2.931.571	Superávit do Exercício		1.638.652	545.929
Obrigações trabalhistas	10	1.906.857	1.794.873	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Obrigações sociais	11	287.573	269.201	Fluxos das atividades operacionais		2019	2018
Obrigações fiscais		173.979	111.027	Superávit do exercício		1.638.652	545.929
Outras contas a pagar		10.680	16.836	Ajustes de reconciliação do resultado			
Partes relacionadas	8	222.240	224.269	Depreciação/amortizações		424.031	458.597
Não Circulante		115.000	115.000	Superávit ajustado		2.062.683	1.004.526
Provisão para contingências	12	115.000	115.000	Varições no circulante das contas de ativo e passivo		(66.305)	(2.003.091)
Patrimônio Líquido	13	11.518.686	9.876.597	(Redução) / Aumento dos créditos		899.989	(3.171.510)
Patrimônio social		9.880.034	9.330.668	Redução em estoques		125.961	85.620
Superávit acumulado		1.638.652	545.929	Aumento em despesas antecipadas (Redução) / Aumento de fornecedores		(2.771)	(2.485)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.886.513	15.339.374	Aumento de obrigações trabalhistas		(1.280.073)	964.492
				Aumento de obrigações sociais		111.984	108.184
				Aumento / (Redução) de obrigações tributárias		18.372	24.244
				(Redução) Aumento de outras obrigações		62.952	(18.387)
				Ajustes patrimoniais		(6.156)	6.751
				Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais		3.437	-
				Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		1.996.378	(998.565)
				Aquisição de imobilizado		(19.296)	(164.191)
				Aquisição de bens do intangível		(18.709)	(158.320)
				Caixa líquido (utilizado nas) / proveniente das atividades de investimento		(21.827)	75.164
				Transações com partes relacionadas		(21.827)	75.164
				Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.955.255	(1.087.592)
				Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício		1.938.367	3.025.959
				Saldo existente no final do exercício		3.893.622	1.938.367
				Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.955.255	(1.087.592)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) faz parte da rede pública do estado do Pará e atende a região Metropolitana III, composta por 22 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde, abrangendo uma população de, aproximadamente, 900 (novecentos) mil habitantes. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia geral, traumatologia, ortopedia, neurologia/neurocirurgia, com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. O Hospital está situado à Rua Adelaide Bernardes, s/nº, bairro Nova Conquista, cidade de Paragominas/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 26 de maio de 2014, por meio de contrato de gestão nº 028/SESPA/2014, vigente até 26/05/2020. Por estar habilitada, a atual Administração participará na licitação que será promovida pela SESP, em 2020, para continuidade das operações de gestão, neste sentido não há consistências para realização de provisões para perdas. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **c) Impactos da COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com a COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela

continua >

consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações.

6. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

Valor líquido contábil	Apar. e Inst. Cirúrgicos 10%	Ap. Telef. 10%	Máquinas e Equip. 10%	Veículos 20%	Móveis e Utensílios 10%	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Total
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo inicial	2.010.097	-	109.336	12.552	234.376	92.158	17.753	2.476.272
Adições	138.543	330	8.443	-	5.955	5.049	-	158.320
Depreciação	(311.328)	(145)	(25.296)	(8.860)	(45.402)	(46.557)	(3.686)	(441.274)
Saldo Final	1.837.312	185	92.483	3.692	194.929	50.650	14.067	2.193.318
Em 31 de dezembro de 2019								
Saldo inicial	1.837.312	185	92.483	3.692	194.929	50.650	14.067	2.193.318
Adições	2.680	-	7.258	-	8.412	359	-	18.709
Depreciação	(322.537)	(33)	(17.164)	(4.430)	(35.315)	(23.520)	(2.720)	(405.719)
Saldo Final	1.517.455	152	82.577	(738)	168.026	27.489	11.347	1.806.308

7. Intangível

	Software 20%	Total
Em 31 de dezembro de 2018		
Saldo inicial	5.870	5.870
Amortização	(17.322)	(17.322)
Saldo Final	46.275	46.275
Em 31 de dezembro de 2019		
Saldo inicial	46.275	46.275
Adições	587	587
Amortização	(18.312)	(18.312)
Saldo final	28.550	28.550

8. Partes Relacionadas: Em 2019, o montante a receber de R\$ 584.798 (R\$ 565.000 em 2018), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar, em 2019, de R\$ 222.240 (R\$ 224.269 em 2018), refere-se a pagar para hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

9. Fornecedores

	2019	2018
Materiais e medicamentos	295.930	409.642
Serviços	319.930	413.787
Serviços médicos	1.035.638	2.108.142
Saldo Final	1.651.498	2.931.571

10. Obrigações Trabalhistas

	2019	2018
Obrigações trabalhistas	716.449	735.150
Provisão férias	1.102.396	981.428
Provisões FGTS s/férias	88.012	78.295
Saldo Final	1.906.857	1.794.873

11. Obrigações Sociais

	2019	2018
INSS a recolher	77.022	74.993
FGTS a recolher	103.813	103.209
IRRF s/ folha a recolher	92.949	83.063
Contribuição Sindical a recolher	13.790	7.936
Saldo Final	287.573	269.201

12. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$115.000 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2019	2018
Cível	55.000	50.000
Trabalhista	23.224	960.003
Saldo Final	78.224	1.010.003

Em 2019, a Entidade possuía R\$ 29.507 (R\$ 20.000 em 2018) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **13. Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão.

Thiarle Dassi - Diretor Executivo
CPF. 685.679.529-72

Viviane da Costa Conceição
Contadora - CRC CT - PA - 013815/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará - Paragominas - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício fin-

de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
Caixas	1.000	1.000
Banco conta movimento	76.339	19.404
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.816.283	1.917.963
Saldo Final	3.893.622	1.938.367

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 028/SESPA/2014 com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 26/05/2020.

Circulante

	2019	2018
Contrato de gestão número 028/2014-SESPA	2.339.695	3.147.335
Saldo Final	2.339.695	3.147.335

Não circulante

	2019	2018
Contrato de gestão número 028/2014-SESPA	6.542.519	6.542.519
Saldo Final	6.542.519	6.542.519

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de exercícios anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

14. Despesas Gerais e Administrativas

	2019	2018
Serviços de gestão	(1.856.824)	(1.828.034)
Energia elétrica	(656.313)	(628.045)
Aluguel de máquinas	(577.105)	(624.923)
Viagens e hospedagens	(122.684)	(141.757)
Manutenção e conservação	(5.890)	(127.725)
Outros	(327.076)	(361.230)
Saldo Final	(3.545.892)	(3.711.714)

15. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2019	2018
Cota patronal	2.141.907	2.064.959
Terceiros	621.153	598.838
RAT/SAT	214.191	206.496
Total INSS	2.977.251	2.870.293
COFINS	1.133.041	1.088.140
Total	4.110.292	3.958.433

16. Cobertura de Seguros: Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2019	2018
Aplicações financeiras	3.816.23	1.917.963
Contas a receber	8.882.214	9.689.854
Total ativos financeiros	12.698.497	11.607.817
Fornecedores	1.651.498	2.931.571
Total passivos financeiros	1.651.498	2.931.571

Paragominas/PA, 13 de março de 2020.

práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 1(b), chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará está vigente até 29 de maio de 2020, por meio do aditivo 2019/186501. Entretanto, a Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA realizará nova licitação para definição do gestor do contrato de gestão do novo ciclo que iniciará em 2020. Por estar habilitada, a Administração atual participará da licitação, quando ocorrer. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de março de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preparo de sua estrutura para eventual atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, portanto, não realizou provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 13 de março de 2020.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Piovam
Contador CRC 1SP 146.651/O-0 - Auditor Independente - CNAI 1.018
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA

CNPJ: 04.966.545/0001-08 Trav. 9 de Janeiro, 1267 Belém-Pará

	2019	2018
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO CIRCULANTE	30.101.196,56	29.293.295,46
Disponível	3.916.344,89	6.545.387,40
Caixa	180.028,40	204.220,21
Bnco C/Movimento	3.736.316,49	6.341.167,19
Realizável	26.184.851,67	22.747.908,06
Aplicações Financeiras	5.033.783,75	4.559.354,81
Aplicações Não Vinculadas	5.033.783,75	4.559.354,81
Creditos a Receber	19.492.010,26	16.471.750,90
Contas a Receber	1.604.702,80	1.203.983,65
Títulos Créd. e Conv. a Receber	17.064.106,87	14.318.701,88
Outros Val. e Adiant. a Receber	823.200,59	949.065,37
Valores Bens e Estoques	1.659.057,66	1.716.802,35
Estoques	1.659.057,66	1.716.802,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	41.256.101,65	37.551.875,58
DEPÓSITO JUDICIAL	171.046,18	171.046,18
Deposito Judicial	171.046,18	171.046,18
Investimentos	6.912.354,00	6.382.354,00
Amazonia Planos de Saúde	6.912.354,00	6.382.354,00
Imobilizado	34.045.681,43	30.871.455,36
Imóveis	19.326.458,88	18.945.082,12
Moveis e Utensílios	5.656.810,38	4.871.430,95
Equipamentos de Informatica	1.527.884,41	1.273.146,05
Maquinas e Equipamentos	18.307.722,26	16.187.726,46
Veículos	394.610,14	310.649,34
(-)Depreciação Acumulada	-11.167.804,64	-10.716.579,56
Intangível	127.020,04	127.020,04
Sistema de Computação	127.020,04	127.020,04
TOTAL DO ATIVO	71.357.298,21	66.845.171,04
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	9.411.259,54	8.714.566,09
Repasse Medico	0,00	21.678,34
Tributos e Contrib. a Recolher	4.369.954,15	4.504.648,92
Obrigações Com Pessoal	1.791.314,52	1.736.269,67
Outros Debitos	1.296.156,37	469.105,37
Fornecedores	1.953.834,50	1.982.863,79
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.123.703,74	3.225.085,68
Emprestimos e Financiamentos	573.173,34	1.181.218,48
Leasing	1.550.530,40	2.043.867,20
PATRIMÔNIO SOCIAL	59.822.334,93	54.905.519,27
Capital Social	20.000.000,00	20.000.000,00
Doações e Subverções	1.852.985,46	1.852.985,46
Reservas	1.238.033,70	1.238.033,70
R.de Luc./Sob./Ret. de Superáv	1.238.033,70	1.238.033,70
Déficits/Superávits Acumulados	31.814.500,11	25.524.684,94
Superávit do Exercício	4.916.815,66	6.289.815,17
TOTAL PASSIVO	71.357.298,21	66.845.171,04
DEMONST. DO RESULTADO	2019	2018
Eventos/S I Líquidos	0,00	124.529,57
Eventos/S C ou Avisados	0,00	124.529,57
RESULTADO A SAÚDE	0,00	124.529,57
RECEITAS OPERACIONAIS	79.445.250,22	67.125.596,40
Receitas Hospitalares	79.454.544,84	67.140.016,86
(-) Deduções de Receitas	9.294,62	14.420,46
Reversão de Provisão	0,00	0,00
DESPESAS HOSPITALARES	23.742.552,14	18.914.461,07
Despesas Hospitalares	23.742.552,14	18.914.461,07
RESULTADOS OPERACIONAIS	55.702.698,08	48.211.135,33
RECEITAS DE DOAÇ E CONT.	780.324,59	882.762,95
Receitas de Doações e Cont	780.324,59	882.762,95
OUTRAS REC NÃO OP	396.937,42	432.557,36
Outras Receitas Não Operac.	396.937,42	432.557,36
RESULTADO FINANC. LIQUIDO	53.069,61	-405.382,07
Receitas Financeiras	330.305,36	296.855,76
Despesas Financeira	277.235,75	702.237,83
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	47.446.750,44	39.193.470,26
Despesas Com Pessoal	36.798.913,17	30.478.455,10
Despesas Com Terceiros	9.757.353,67	7.882.833,11
Despesas Administr. Diversas	890.483,60	832.182,05
Desp. Com Loca e Func.	4.569.463,60	3.513.258,57
Desp. Com Loc. e Manutenção	4.569.463,60	3.513.258,57
RESULTADO LIQUIDO	4.916.815,66	6.289.815,17
DFC	2019	2018
ATIVIDADES OPERAC.		
(+) Resg de Apli c/Financ.	0,00	20,22
(+) Rec.de Jur Ap Financ.	274.651,77	265.987,46
(+) Outros Rec. Op.	75.612.881,52	68.779.389,61
(-)Pag Forn./Prest.Saúde	25.817.563,83	20.314.098,12
(-)Pagamento de Pessoal	22.138.188,68	18.206.395,44
(-)Pag. de Serv Terc	8.117.333,07	7.882.833,11
(-)Pag.de Prom/Public	4.664,00	3.832,00
(-)Aplicações Financeiras	476.608,41	234.149,85
(-)Outros Pag Operacion	2.873.164,39	1.253.678,39
(-)Pagamento de Tributos	13.108.777,17	10.660.690,74
Caixa Liq das Ativid Op.	3.351.233,74	10.489.719,64
ATIV.DE INVESTIMENTOS		

(-)Pag.de Aq de Ao Imob-	4.543.966,42	5.432.404,71
(-)Outros Pag.das At.de I		
Caixa Liq das At de Inves	-4.543.966,42	-5.432.404,71
ATIV.DE FINANCIAMENT		
(-)Pag,J.Emp.Fin.Leasing	277.235,75	702.237,83
(-)Pag. de Amort. -		
Emprest./Financ./Leasing	1.159.074,08	1.692.205,28
Caixa Liq. das At. de Fina	-1.436.309,83	-2.394.443,11
VARIAÇÃO LÍQ DO CAIXA	-2.629.042,51	2.662.871,82
CAIXA - Saldo Inicial	6.545.387,40	3.882.515,58
CAIXA - Saldo Final	3.916.344,89	6.545.387,40
Ativo Liv no Inic do Perio	37.551.875,58	32.576.270,88
Ativ Liv no Fin do Período	41.256.101,65	37.551.875,58

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

	Déficit/Superavit Acumulado	Totais
Saldo em 31.12.2017		48.615.704,10
31.12.2018 superavit	6.289.815,17	
Saldo em 31.12.2018		54.905.519,27
31.12.2019 Superavit	4.916.815,66	
Saldo em 31.12.2019		59.822.334,93

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2019

Nota 1 Contexto Operacional

A **BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA**, entidade civil de caráter beneficente, sem fins econômicos, que se propõe a dar assistência social, moral e material às pessoas necessitadas, visando a consecução de seus objetivos sociais, exerce as atividades de assistência social, organização e administração de hospitais, clínicas e ambulatórios, médica móvel e outras atividade de afins.

Nota 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram elaboradas com as novas práticas adotadas no Brasil de acordo com a Lei nº 11.638/07

a)Apuração do Resultado.

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.

b)Aplicação de Liquidez Imediata.

Estão registradas por seus valores atualizados até a data do Balanço.

c)Passivo Circulante.

São representados por obrigações decorrentes das prestações de serviço e aquisição de materiais e equipamentos para manutenção e expansão do sistema de atendimento.

d)Patrimônio Social O Patrimônio Social da entidade é constituído de Bens Patrimoniais da entidade, de Fundo Assistencial e Reserva para Manutenção da entidade.

Nota 3 Gratuidades/Atividade Assistencial.

A entidade aplicou em despesas relacionadas com atividade assistencial, o montante de R\$1.160.655,10 no exercício de 2019.

Nota 4 Aplicação dos Recursos

Os recursos foram aplicados, integralmente, na manutenção e aquisição do imobilizado, e em sua atividade assistencial com base no Estatuto Social da entidade.

Nota 5 Contribuições

No exercício de 2019, várias entidades, inclusive pessoas físicas, efetuarão doações no montante de R\$ 219.011,99.

Elbertito Osamu Yamamoto (Presidente) CPF: 279.824.672-53

Alfredo Takeru Honda (Diretor Financeiro) CPF: 127.906.132-49

Nilson Hayashida (Contador) CPF: 115.987.782-34 CRC (PA)007241/O-5.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, no exercício de suas atribuições estatutárias, após terem procedido aos exames do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Despesas e Receitas, e demais contas e atos da Diretoria, finda em 31 de dezembro de 2019, e acompanhada do Parecer da Auditoria Independente realizada pelo auditor independente Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo, em anexo, e tendo em visto encontrado em perfeita ordem com provas documentadas, são de parecer que os mesmos podem ser levados para a aprovação da Assembleia Geral de 2020.

Yuji Ikuta (Presidente) Leonardo yoshikazu Maruoka (Coselheiro).

Teiichi Oikawa (Conselheiro).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo

Contador CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente CNAI Nº-171

IBRACON Nº-3715

CMV 4677

Protocolo: 535103



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 18 de março de 2020 às 22:55:21.